

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Entidade que realiza o procedimento	
Código de oferta na BEP	

2. CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira		Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	
Categoria		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo	
Área de atividade		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto	
Empregador Público		Nomeação	

3. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo			
Data de nascimento		Sexo:	
Documento de Identificação Civil		N.º de Identificação Civil	
Nacionalidade		País de Residência	
Morada			
Código Postal:		Localidade	
Distrito		Concelho	
Telemóvel			
Telefone			
Endereço de correio eletrónico (*)			

(*) As notificações no âmbito deste procedimento serão efetuadas via e-mail, certifique-se que o e-mail que indica está correto.

4. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o campo apropriado:

01	Menos de 4 anos de escolaridade		06	Curso de especialização tecnológica (nível V)	
02	4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)		05	Bacharelato	
03	6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)		08	Licenciatura	
04	9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)		09	Mestrado	
05	12.º ano (ensino secundário) ou Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III ou IV) ¹		10	Doutoramento	

4.1. FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL

Área de formação académica	
Área de formação profissional	
Outras formações académicas e profissionais relevantes	

4.2. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

No caso de a publicitação do procedimento concursal prever a possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional substitutiva, indique-a no quadro seguinte.

--

¹ Nível III ou IV: Nível de qualificação da formação (com equivalência ao ensino secundário)

5. SITUAÇÃO JURÍDICO-FUNCIONAL DO TRABALHADOR

É titular de vínculo de emprego público?

Sim

Não

Caso seja detentor de vínculo de emprego público, preencha os quadros 5.1. e 5.2.

Caso não seja detentor de vínculo de emprego público, passe diretamente ao ponto 7 deste formulário.

5.1. Modalidade de Vínculo de Emprego Público

Nomeação	Definitiva	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	
Contrato de trabalho em funções públicas	Por tempo indeterminado	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	

5.2. Situação Profissional

Situação profissional atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio	
Órgão ou serviço onde exerce ou, por último, exerceu funções		
Carreira e categoria		
Atividade exercida ou que, por último, exerceu no órgão ou serviço		
Posição e nível remuneratórios detidos		
Avaliação de desempenho		

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de selecção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

<i>"Declaro que afasto os métodos de selecção obrigatórios Avaliação Curricular e, quando aplicável, Entrevista de Avaliação de Competências, e opto pelos métodos de selecção "Prova de Conhecimentos" e, quando aplicável, "Avaliação Psicológica", nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.</i>	
--	--

7. NECESSIDADES ESPECIAIS

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de selecção.

Grau de incapacidade	
Tipo de incapacidade	

7.1. Especifique as condições especiais necessárias para a realização dos métodos de selecção.

--

8. DECLARAÇÕES FINAIS

Assinale com X os campos seguintes, se concordar e autorizar.

<i>"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concursal."</i>	
--	--

<i>Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.</i>	
--	--

<i>Aceito receber mensagens de correio eletrónico (e-mails) relacionados com o presente Procedimento Concursal no endereço de correio eletrónico indicado no número 3.º deste formulário</i>	
--	--

Assinatura

Assinatura			
Localidade		Data	

Candidatura n.º

9. DOCUMENTOS ANEXOS

<i>Certificado de habilitações</i>	
<i>Comprovativos de formação (Quantidade ____)</i>	
<i>Declaração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria¹</i>	
<i>Certificado comprovativo de conclusão de estágio profissional na Administração Pública</i>	

<i>Declaração comprovativa de que se encontra ao abrigo do Regime de Valorização Profissional</i>	
<i>Comprovativos de requisitos especiais (Quantidade ____)</i>	
<i>Curriculum Vitae</i>	
<i>Outros:</i>	

10. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

(nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016)

Fundamento para o Tratamento de Dados Pessoais

A formalização de candidatura no âmbito de processo de recrutamento e seleção envolve, necessariamente, a disponibilização de dados pessoais que serão objeto de tratamento e análise.

A licitude do tratamento dos dados pessoais dos/as candidatos/as respalda-se na imprescindibilidade no que concerne à realização das diligências pré-contratuais tendentes à constituição do vínculo de emprego público, alíneas b), c) e e) do artigo 6.º do RGPD, e restante legislação para cumprimento às obrigações jurídicas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da Portaria n.º 233/2022.

A recolha e tratamento de dados pessoais pode incidir sobre algumas categorias de dados pessoais especiais, nomeadamente os dados relativos à saúde do/a candidato/a, por exemplo, os dados de saúde relativos ao grau de incapacidade detido por um/a determinado/a candidato/a, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do RGPD, bem como no Decreto-Lei n.º 29/2001, diploma que estabelece o sistema de quotas de emprego na administração pública para pessoas com deficiência.

Caso o/a candidato/a não pretenda disponibilizar algum dos dados expressamente enunciados no aviso de abertura do procedimento concursal, por não concordar com o seu tratamento, tal atuação poderá culminar na sua exclusão do respetivo processo de recrutamento, na medida em não se afigurará possível para o/a responsável pelo tratamento cumprir com algumas das obrigações legais a que se encontra adstrito.

Finalidades do Tratamento

A recolha e tratamento de dados pessoais restringe-se ao estritamente necessário para assegurar que o processo de recrutamento, pauta-se por critérios de legalidade, igualdade, transparência, rigor e orientado para a prossecução do interesse público.

Tratamento e medidas técnicas e organizativas de proteção de dados

O tratamento dos dados pessoais dos/as candidatos/as é realizado por um número restrito de colaboradores/as do departamento de Recursos Humanos da Junta de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira, na qualidade de responsável pelo tratamento, bem como pelos elementos que integram o júri do respetivo procedimento concursal.

As medidas técnicas e organizativas adotadas visam assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados pessoais necessários para cada finalidade específica do tratamento, designadamente em matérias de quantidade de dados pessoais recolhidos, extensão do seu tratamento, prazo de conservação e à sua acessibilidade.

Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados (EPD/DPO)

A Junta de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira assume-se como a entidade responsável pelo tratamento dos dados recolhidos no âmbito dos procedimentos concursais de recrutamento que promove. Qualquer comunicação relativa ao exercício dos direitos dos/as titulares dos dados que se encontram plasmados no RGPD (Direito de Acesso, de Retificação, de Apagamento, Limitação do Tratamento, Portabilidade dos Dados e Direito de Oposição ao Tratamento), deve ser dirigida ao Encarregado de Proteção de Dados:

a) Para o endereço de correio eletrónico:

dpo@jf-matosinhoslecapalmeira.pt

b) Por carta para:

Encarregado Proteção de Dados - JF Matosinhos e Leça da Palmeira

Rua Augusto Gomes, 313

4450-053 Matosinhos

Ao/À titular dos dados pessoais assiste o direito de apresentar reclamação junto da autoridade nacional de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Prazo de conservação dos dados pessoais dos/os candidatos/as

Os dados pessoais são conservados durante um período de dez anos, contados a partir da data de homologação da lista de ordenação final dos/as candidatos/as. Findo esse prazo, os dados em apreço são definitivamente eliminados, excepcionando-se os dados referentes aos/às candidatos/as que tenham, entretanto, constituído uma relação jurídica de emprego público com a autarquia, ora responsável pelo tratamento, e que por esse motivo deverão ser conservados tendo em vista o cumprimento das obrigações legais a que o/a mesmo/a se encontra vinculado/a.

Tomei conhecimento do conteúdo deste documento relativo ao Tratamento de Dados Pessoais.

_____, _____ de _____ de _____

O/A Candidato/a, _____